

Gênero, Violência e Religião - Uma Alquimia “Perfeita”¹

*Elizabeth Bicalho**

RESUMO

O artigo elabora uma alquimia entre Gênero, Violência e Religião, a partir da representação da violência doméstica/conjugal entre mulheres pentecostais e carismáticas católicas, mostrando como a misoginia cristã, historicamente, influenciou na naturalização da violência de gênero a partir da concepção feminina de pecadora e culpada, atribuindo à mulher condições inferiorizadas na sociedade ocidental, impondo-lhe a paciência, o sacrifício, a abnegação e a tolerância como atributos femininos.

Palavras-chave: Gênero, Violência, Religião.

Analisar a Violência de Gênero e sua relação com o fenômeno social religião, representa ousadia, permeada de uma situação prazerosa. Ousadia no sentido de que enfrentar o debate da violência de gênero, nos remete a uma discussão extremamente polêmica, não só por se tratar de uma situação de vidas humanas em conflito, mas essencialmente porque nos faz penetrar num palco onde atores masculinos e femininos se relacionam numa teia, numa trama onde o amor e a dor não são apenas condições pessoais, mas sociais, pautadas por construções de gênero, culturalmente construídas. É preciso determinação para se penetrar

neste campo da vida humana, secularmente considerado como o mundo privado, a vida entre quatro paredes. Desvendar esta marca cultural não tem sido fácil nem para o movimento social e tampouco para os estudos acadêmicos.

Entretanto, é prazeroso penetrar nas implicações das relações de gênero e descobrir que não é natural ser mulher e ser homem, mas que a existência humana e suas intrincadas relações são construções históricas, sociais e culturais. Isto nos dá um imenso prazer, com a compreensão de que tudo que é humano pode ser questionado e transformado. As transformações sociais passam pelas transformações nas relações de gênero. A construção de um mundo fraterno e humano, com a possibilidade de igualdades sociais deve prever transformações nas relações entre o gênero masculino e o feminino. Contribuir neste sentido com estudos, análises, interlocuções e debates é muito prazeroso.

Gênero e Violência

Gênero, enquanto categoria de análise, nos fala do discurso da diferença dos sexos, construída culturalmente. Ele se faz nas relações sociais, se concretizando em idéias, instituições e práticas cotidianas. O discurso de gênero é um instrumento de ordenação do mundo; faz-se enquanto organização da diferença sexual. Ele dá sentido ao ser mulher e ao ser homem em suas atribuições sociais.

Beauvoir, em 1949, escreve *O segundo sexo*², afirmando que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, inaugurando um novo debate em torno das questões sobre o feminino. Nesta afirmativa, rejeita-se o fatalismo biologicista de atribuir a inferioridade da mulher a questões biológicas. Fica clara a posição de Beauvoir quanto à construção do feminino, num processo cultural,

1. Conferência de abertura do IX Seminário Externo do NETMAL: *Violência contra mulheres: análise de gênero e religião*, proferida no dia 10 de agosto de 2001, na Casa de Encontros e de Retiros “Irmãs Cabrini”, no Jardim São Bernardo, São Paulo.

* É mestra em Ciências da Religião, professora de sociologia da Universidade Católica de Goiás – UCG, e coordenadora do Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas na UCG.

2. BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: A experiência vivida*. 2ª ed. Tradução Sérgio Millet. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980, vol. 2, p. 9.

Simone de Beauvoir havia comenzado a escribir *El segundo sexo* antes que acabara la Guerra Mundial. Ainda que todavia no usara la teoria de la diferencia entre sexo y género, Beauvoir instalaba su idea central "no se nasce mujer, se llega a serlo". Com un notable bagaje filosófico, sociológico y psiconalítico, *El segundo sexo* da el paso necesario para sacar la reflexión feminista del punto en que se habia quedado com el sufragismo: las mujeres pueden adquirir la ciudadanía desde el lugar que ocupan en la sociedad, pero es la naturaleza de esse lugar lo que las convierte en ciudadanas de segunda clase. El libro de Simone de Beauvoir se convertirá así en un clásico del feminismo moderno.³

Money⁴ se referiu a "papéis de gênero" ao falar de atribuições de papéis e condutas para homens e mulheres em diversas culturas. Mead⁵, em julho de 1950, publica *Sexo e Temperamento*, em que fala de seus estudos, iniciados em 1931; investigações que levantam o "condicionamento das personalidades sociais dos dois sexos":

estudei essa questão nos plácidos montanhese Arapesh, nos ferozes canibais Mundugumor e nos elegantes caçadores de cabeças de Tchambuli. Cada uma dessas tribos dispunha, como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social, que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente. Comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo.⁶

A autora trabalha a construção cultural das diferenças sexuais e as relaciona com a sociedade norte-americana da época, confirmando o peso da cultura para determinar não só os papéis sexuais, mas também as condutas e comportamen-

tos externos. O trabalho de Mead é sólido na demonstração da diversidade cultural no que se refere às relações de gênero, quando apresenta situações entre o homem e a mulher culturalmente diferenciadas em sociedades diversas.

Stoller, apud Gomáriz⁷, estabeleceu nitidamente a diferença conceitual entre sexo e gênero, quando na investigação sobre meninas e meninos com problemas anatômicos, descobre que estas crianças haviam sido educadas de acordo com o sexo que, fisiologicamente, não era o seu, mas que elas mantinham as formas de comportamento do sexo em que haviam sido educadas, inclusive depois de conhecer que sofriam de uma mutilação acidental ou má formação em suas genitálias externas, o que demonstra que conduta sexual é aprendida e que gênero se impõe, distinguindo-se do sexo. Segundo Shapiro, apud Piscitelli⁸,

Ao contrastar um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais, eles servem (sexo e gênero) para uma proposta analítica útil. Sendo escrupulosa em meu uso das palavras, utilizaria o termo "sexo" apenas para falar da diferença biológica entre macho e fêmea, e "gênero" quando me referisse às construções sociais, culturais que se impõem sobre essas diferenças biológicas. Gênero designa um conjunto de categorias às quais outorgamos a mesma etiqueta (crosslinguistically ou crossculturally), porque elas têm alguma conexão com diferenças sexuais. Estas categorias, no entanto, são redutíveis e não derivam diretamente de fatos naturais, biológicos, e variam de uma linguagem a outra, de uma cultura a outra, na maneira em que ordenam experiência e ação.

Existe discordância entre pensadores que analisam a categoria gênero quanto a preocupações conceituais e metodológicas, entretanto diversas perspectivas de estudos de gênero se encontram

3. GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: *Revista Fin de Siglo: género y cambio civilizatorio*, Isis Internacional 9org.). Ediciones de las mujeres, 1992, p. 93.
4. IN: TUCKER, P. *Os papéis sexuais*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.
5. MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1999.
6. Id., p. 22.

7. GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: *Revista Fin de Siglo: género y cambio civilizatorio*, Isis Internacional 9org.). Ediciones de las mujeres, 1992, n.º 17, p.84.
8. PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 1997, p.50.

quanto às preocupações com a diferença entre sexo e gênero⁹

La idea general mediante la cual se distingue sexo de género consiste en que el primero se refiere a hecho biológico de que la especie humana es una de las que se reproducen a través de la diferenciación sexual, mientras el segundo guarda relación con los significados que cada sociedad le atribuye a tal hecho. Actualmente, la biología y las ciencias médicas diferencian entre sexo cromosómico, gonadal, hormonal, atómico e fisiológico, pero estos niveles de diferenciación sexual, si bien ya se há descubierto que pueden tener efectos diversos, incluso psicológicos (por ejemplo, en cuanto a la preferencia sexual), pueden y deben distinguir-e de las atribuciones que la sociedad establece para cada uno de los sexos individualmente constituidos. Así, los sistemas de género son los conjuntos de prácticas, símbolos, representaciones, normas y valores sociales que las sociedades elaboran a partir de la diferencia sexual anátomo-fisiológica y que dan sentido, en general, a las relaciones entre personas sexuadas¹⁰

Nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, a categoria gênero é introduzida em academias, fomentando os estudos das desigualdades entre homens e mulheres, numa perspectiva social, histórica e cultural, valendo-se de ciências como a Antropologia, a Sociologia e a História e utilizando-se da Psicanálise e da Linguística, no estudo da definição cultural de papéis sexuais e sociais para mulheres e homens, em espaços e tempos diversos. Gênero abre a discussão da possibilidade de vivermos a “diferença na igualdade”. Gênero tem história e está contextualizado no século XX. Não se encontra numa ilha epistemológica; ao contrário, ele se faz no âmbito de outras produções científicas, no bojo da crise de paradigmas nas Ciências Sociais, apresentada nos

estudos pós-estruturalistas e pós-modernos. O feminismo vai ao encontro deste momento acadêmico e são feministas que estarão juntas a outros (as) estudiosos (as), teorizando sobre o masculino e o feminino, criando esta nova perspectiva de análise, com a consolidação da categoria gênero. Segundo Castro e Lavinass¹¹

(...) esta postura teórica anuncia uma profunda mudança na delimitação do objeto. Se, até há pouco o objeto era a construção social e subordinada do feminino, hoje, remodelado, é a construção das relações sociais entre homens e mulheres, isto é, das relações de gênero.

As duas autoras citadas acima chamam a atenção para que se apreenda a “alquimia” das relações de gênero, presentes em relações sociais de classe e etnia. Demonstam que as relações sociais de gênero vêm privilegiando análises sobre “representações, o imaginário e o simbólico nos discursos”, campos que falam do cotidiano de mulheres e homens.

Ao penetrar na análise de gênero, nos situamos nas relações sociais, onde o masculino e o feminino se constituem. As identidades masculina e feminina são sociais, constituídas por meio de atribuições de papéis diferenciados para a mulher e o homem. Papéis que a sociedade espera que sejam cumpridos; o que é permitido ao masculino e o que pode o feminino. As definições determinadas por condições de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Portanto, gênero é uma categoria relacional, ele envolve o masculino e o feminino na teia das relações interpessoais, construídas socialmente. Existem elementos sociais envolvidos na categoria gênero. Scott¹²

9. Ver nessa discussão a tensão entre a razão dualista e a visão não-dualista na análise relacional de sexo e gênero: BUTLHER, Judith. *Variações sobre sexo e gênero* Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla e SAFFIOTI, Helleith. Rearticulando gênero e classe social. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992 (p. 15-16)

10. Barbieri apud GOMÁRIZ, 1992, p. 84.

11. CASTRO, Mary Garcia e LAVINASS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.217.

12. SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*, 1995, vol.20 (2).

aponta quatro elementos envolvidos nesta categoria de análise, que são pontos de partida em diversas teorias construídas sobre este tema: primeiro ela fala de símbolos culturais colocados na vida social que envolve múltiplas representações; o segundo, seriam os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos. São expressos na religião, na educação, na ciência e na política, categorizando o masculino e o feminino. Terceiro, as organizações e instituições sociais onde se dão as relações sociais e, o quarto, a identidade subjetiva. Na subjetividade se alojam as injunções sociais. Se percorrermos a história humana encontramos estes quatro elementos a definir a inferiorização feminina em relação à superioridade masculina. Se gênero é uma categoria relacional, envolve relações de poder, dando sentido às experiências de poderes que transitam na relação entre o feminino e o masculino. Gênero, assim como classe e etnia, se compõe, historicamente, numa sociedade construída com base na hierarquização. As três dimensões: de classe, de etnia e de gênero constituem um tripé de sustentação da hierarquia social. Sujeitos históricos são definidos por suas condições de classe, de raça/etnia e de gênero, hierarquizados social e culturalmente.

Ao relacionar gênero e poder, se encontram em Foucault elementos para a discussão, devido à importância que ele dá aos micropoderes, em sua análise de que o poder circula e nos seus estudos sobre o funcionamento do discurso, o que auxilia na apreensão da violência de gênero e de seus mecanismos no mundo social. É na micropolítica que acontece a violência doméstica, em que intersubjetividades se relacionam numa eterna dialética de experiências de poderes que transitam na relação entre o feminino e o masculino, com seus discursos normativos sobre os comportamentos feminino e masculino. Para Foucault¹³

em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

Saffioti¹⁴ também aborda que não se pode admitir um poder masculino absoluto. “O contingente feminino participa da estrutura de poder, desfrutando ora mais, ora menos da capacidade de impor sua vontade”. Entretanto, esta autora alerta para que não se tome a realidade social como homogênea, ela considera que o pensamento de Foucault faz “a percepção da totalidade como homogênea”, afirmativa que pode pôr em risco a análise da circulação do poder, uma vez que nem todas as mulheres conseguem se impor em pé de igualdade com os homens. Apresenta Saffioti, outras categorias envolvidas nesta concepção como raça, etnia e a existência de diferentes subjetividades; elementos que nos remetem à necessidade de compreensão de desigualdades presentes na realidade social e de diferenças subjetivas, onde o gênero se constitui. Isto não omite as condições de luta e resistência do feminino, revestido de construções de poderes em suas relações.

A violência de gênero é gerada na relação de desigualdade hierarquizada entre o homem e a mulher. Uma relação socialmente definida e se localiza entre os graves problemas apresentados na existência humana. Este fenômeno ficou na invisibilidade durante muitos anos, entre os “não ditos”, na construção social de um modelo familiar que se faz na privacidade do lar. Considerado como um problema de foro íntimo, deveria ser tratado entre quatro paredes do ambiente doméstico: “roupa suja se lava em casa”, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” são

13. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1999, p.179.

14. SAFFIOTI, Heleieth I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*, São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

ditados populares presentes na cultura brasileira. Como a família, historicamente, foi governada pelo poder masculino, cabia à mulher se resignar no silêncio, até porque, socialmente, lhe foi conferida a tarefa de guardiã do lar, aquela à quem não é permitido transgredir.

Nas três últimas décadas do século XX, este fenômeno social ganha visibilidade, com a criação de organizações feministas e, nas universidades, o gênero se consolida, no bojo da crise dos paradigmas das ciências sociais, apontando para a negação das justificativas biologicistas na explicação do que é cultural e historicamente construído: as desigualdades sociais entre o masculino e o feminino. A criação de Delegacias Especiais de Polícia de Defesa e Proteção da Mulher, a partir de reivindicações de movimentos organizados, na década de 1980, será também importante instrumento para denúncia deste problema tão antigo.

O grande debate travado nesta virada do milênio, com relação a esta questão, é tecido em torno da vitimização ou não da mulher. Num primeiro momento, falou-se em violência contra a mulher, o que refletia a realidade: elas é que eram espancadas, humilhadas e assassinadas. Com os estudos de gênero, posto como categoria relacional, teóricas (os) nesta área do conhecimento vão abordar a “trama”, a “teia” em que se constitui a relação conjugal, vendo a mulher não simplesmente como vítima, mas co-participante. Debate bastante polêmico e que passa pela compreensão da constituição ou não da mulher enquanto sujeito.

Para Chauí¹⁵, a formação da mulher como sujeito se dá pela heteronomia, na especificidade feminina de viver não com os outros, mas para os outros, fazendo e existindo não para si, mas para os outros. Esta autora argumenta que a “vio-

lência é violação da liberdade e do direito de alguém ser constituinte de sua própria história”. A ausência de autonomia no falar, no pensar e no agir, retira a condição do sujeito feminino.

Arendt¹⁶ afirma que, ao falarmos em poder e violência, estamos falando de coisas opostas; a afirmação absoluta da segunda significa a ausência do primeiro. A desintegração do poder enseja a violência. Entretanto, para esta autora, “nada é mais comum do que a combinação de violência e poder (...) o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido; é precisamente o encolhimento do poder (...) a impotência gera violência”.

Se violência e poder são opostos e o homem sempre dominou e foi violento, significa que a mulher sempre desenvolveu estratégias de resistências e lutas, até no silêncio, o que no entanto não exclui a existência da violência conjugal/doméstica.

Saffioti¹⁷ aborda que “no contexto conceitual das relações de gênero, não se pode admitir um poder masculino absoluto. O contingente feminino participa da estrutura de poder, desfrutando ora mais, ora menos da capacidade de impor sua vontade”. As mulheres, para esta autora, buscam o poder, numa situação constante de “toma-lá-dá-cá”. Saffioti conclui que a mulher “não é cúmplice, tampouco é vítima passiva”.

Machado e Magalhães¹⁸ propõem um estudo da violência que trate não só do poder, mas também dos investimentos subjetivos, sem cair em qualquer teoria masoquista, procurando entender a violência doméstica como socialmente enrai-

15. CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre Mulher e Violência. In: CARDOSO, Ruth (et ali.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1985, p. 35-36 e 48.

16. ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro, RJ: Delume Dumará, 1994, p. 38, 42.

17. SAFFIOTI, Heleieth I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*, São Paulo, SP: Hucitec, 1999, p. 147, 150, 161.

18. MACHADO, Lia Zanota e MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. Violência conjugal, o espelho e as marcas. In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.). *Violência, Gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília, DF: UNB, 1999, p. 175, 161.

zada e construída. Para estas autoras, na década de 1990, ficou comum não mais abordar a mulher simplesmente como vítima, “está se tornando comum falar em casais violentos, quando onde até então só se falava em vítimas da violência”. O que se acrescenta aos estudos sobre a violência de gênero é como se constituem e se movem intersubjetividades no interior de relações interpessoais, sem, entretanto, desconsiderar a formação sociocultural e histórica das relações humanas.

O avanço obtido pelas mulheres no século XX, com relação à condição de vida humana, é significativo para a história da humanidade. Em 1993, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena inclui, pela primeira vez, os direitos das mulheres como direitos humanos, o que foi ratificado na *Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento*, em 1994, no Cairo e na *Conferência Mundial sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz* promovida pela ONU, em Beijim, China, em 1995. Em 1998, ano em que se comemorou o Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos no Brasil, lançaram a Campanha Nacional: *Uma vida sem violência é um direito nosso*, reafirmando que a violência contra a mulher é um obstáculo ao desenvolvimento e uma violação aos direitos humanos.

A violência de gênero é um problema antigo, mas ganha visibilidade social, nas três últimas décadas do século XX. Em 1992, foram registradas mais de 205 mil agressões contra mulheres em Delegacias de Polícias Especiais de atendimento a mulheres no Brasil. A violência doméstica corresponde a 70% dos casos e ocorre independentemente em todas as classes sociais. Entretanto, a violência conjugal/doméstica já não é vista como uma questão privada, que deve ser ocultada, é hoje analisada como um fenômeno social, a partir de relações sociais que, historicamente, inferiorizaram a mulher, naturalizando sua condição de subalternidade nos diversos seg-

mentos sociais. O privado não pode mais ser visto como um local onde se priva a mulher dos direitos humanos, impedindo-a de ter uma vida digna e de paz. Se a violência física doméstica atinge três vezes mais a mulher do que o homem¹⁹, podemos afirmar que ela ainda é vítima de uma cultura cujos os gêneros são construídos desigualmente e a violência se constitui na forma mais perversa da concretização de uma cultura machista.

A situação de vítima, pelas perdas materiais e simbólicas, têm feito, das mulheres, seres com dificuldade para viver de forma autônoma e com liberdade. Na subjetividade feminina alojam-se as opressões e humilhações de um cotidiano violento, revelando a manipulação subjetiva, como forma velada da dominação social hierarquizada de gênero. A violência simbólica é sutil e brutal, causando danos profundos na existência feminina, nos levando a crer que a transformação nas relações de gênero passa por uma revolução simbólica. Como afirma Bourdieu²⁰, “a libertação das mulheres só pode vir de uma ação coletiva que vise a uma luta simbólica capaz de desafiar a concordância imediata das estruturas objetivas e corporificadas, ou seja, de uma revolução simbólica que subverta as fundações mesmas da produção e da reprodução do capital simbólico”.

Gênero, Violência e Religião

Ao buscarmos a história da cultura ocidental, notamos que as religiões cristãs têm cumprido uma função social na formação do gênero masculino e do gênero feminino. Esta condição social hierarquizada se revela no discurso cristão misógino, em que a mulher é vista como o mal da humanidade. A misoginia, ou seja, a aversão para com a mulher e a tudo que venha dela, a visão da

19. SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: VARGAS, Mônica Munhoz (org.). *Mulher Brasileira é assim*. São Paulo, SP: Rosa dos Tempos, 1994.

20. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina revisitada*. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 24.

mulher como portadora do mal e o temor com relação às mulheres, não nasce com o cristianismo, mas é incorporada ao pensamento cristão e percorrerá séculos na história humana, constituindo-se como elemento formador da suposta inferioridade feminina.

Confúcio, 500 anos a.C.²¹ afirmou que “é a lei da natureza que a mulher deva ser mantida sob o domínio do homem (...) tal é a imbecilidade da mulher que é seu dever, em todos os aspectos, desconfiar de si própria e obedecer ao marido”.

Diz a lenda grega que:

Pandora, a primeira mulher, foi criada por Zeus para se vingar de Prometeu pelo seu crime de roubar o fogo. Conforme os desígnios dos deuses, Pandora seria de boa aparência e plena de maldade em seu coração. Os deuses deram a Pandora um cântaro contendo os males e enfermidades do mundo. Entre outros males, Pandora traz a cruel lição do malogro para os homens, que descobrem tarde que o que é belo por fora abriga o mal no interior. A lenda de Pandora simboliza a percepção grega de que o mal da morte está oculto por baixo da bela aparência da vida. Dado que a raça de mulheres irradiou-se a partir de Pandora, as mulheres carregam a nódoa do mal atribuído ao ato de Pandora²².

Toda a simbologia cristã que nos fala da expulsão do homem e da mulher do paraíso traz para a humanidade a perda da condição divina e essencialmente para a mulher, a nódoa do pecado, porque foi ela que se entregou ao demônio. A concepção Javista da criação concebe a mulher como secundária: “o homem à imagem de Deus, a mulher à imagem do homem” (I Coríntios, 11,7-8). No pensamento cristão, a submissão da mulher está na ordem das coisas. Para se salvar, ela terá que enfrentar o sacrifício, a resignação e ser tolerante a uma vida inferior. O medo e a culpa são colocados na vida das mulheres. A misoginia não é uma invenção, mas um fato histórico.

O orfismo, considerado como a primeira religião espiritual grega, ascética, vivenciada nos séculos VI e V a.C., exerceu influência no cristianismo quanto à concepção do ser mulher na cultura ocidental. Mesmo que o personagem Jesus Cristo, no cristianismo primitivo, se aproximasse das mulheres e as reconhecesse, a igualdade preconizada cedeu-se no desenvolvimento do cristianismo, num contexto cultural patriarcal.

Para Bloch²³,

É difícil determinar quando o cristianismo tornou-se dividido entre as possibilidades da salvação e do prazer e, ao mesmo tempo, entre atitudes de igualdade sexual versus a subordinação da mulher ao homem. Com efeito, é praticamente impossível dizer o momento preciso em que o sexo foi identificado como algo intrinsecamente mau e como o elemento controlador da moralidade.

A relação entre gênero, violência e religião é complexa, mas de possível elaboração teórica se tomarmos as representações sociais, como instrumento analítico que auxilia no entendimento da apreensão da realidade pelo indivíduo.

As representações sociais de mulheres cristãs, enquanto uma forma de conhecer e conceber a realidade social, constroem significados comuns a uma sociedade. As representações sociais falam de uma cultura, de uma concepção de mundo. São o sentido pessoal que o indivíduo elabora sobre sua realidade a partir da vida social em que está inserido. As injunções sociais são introjectadas na subjetividade feminina, naturalizando sua condição inferior. As representações sociais expressam a realidade de gênero e o discurso religioso, naturalizando a violência de gênero, na culpa e na submissão da mulher. As construções simbólicas do gênero e da religião se fundam nas representações sociais. As relações de gênero, lugar de alteridade, é um terreno sobre o qual as representações sociais se estabelecem e se

21. STARR, Tama. *A voz do dono: cinco mil anos de machismo e misoginia*. São Paulo, SP: Ática, 1993, p.11,103.

22. SCHOTT, Robin. *Eros e os processos cognitivos*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 1996, p. 40.

23. BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995, p.93.

desenvolvem. A religião com seu discurso e símbolos, também se faz na teia das representações compartilhadas por uma sociedade.

O sagrado e o profano foram concebidos na construção cultural ocidental como dois mundos distintos, hierarquizados. Com relação ao gênero, estabeleceu-se o sagrado, enquanto campo masculino, e o profano, enquanto campo feminino. A dignidade religiosa e os poderes religiosos não são iguais para todos. Os homens os possuem num grau mais elevado do que as mulheres. Elas são como seres profanos. A identidade religiosa como a identidade de gênero é construída pela atribuição de distintos papéis para a mulher e para o homem. A religião socializa a mulher para a submissão. Ela reproduz a heteronomia feminina, o viver para os outros e não com os outros. Inibe a autonomia da mulher e, conseqüentemente, dificulta a constituição da mulher enquanto sujeito de sua própria história. Ao hierarquizar o masculino e o feminino, estabelecendo desigualdades de oportunidades para o homem e a mulher, em que ele tem a supremacia e a mulher se vê discriminada e inferiorizada, a religião cria uma moldura para a violência de gênero. Entretanto, há um paradoxo, uma contradição, pois a vivência religiosa pode representar, para uma mulher que sofre violências, refúgio, alimento e esperança para um coração sofrido e um corpo flagelado.

A mulher num processo heterônomo constrói sua subjetividade de forma dramática. Vive para o outro. Faz para o outro. Não pode errar para não feri-lo. De vítima, se sente culpada, permite que a violência se instale, enquanto violação da sua liberdade. Na ação violenta, o sujeito é tratado como coisa, caracterizando-se pela inércia, pela passividade e silêncio. Silêncio que oculta o medo e a culpa. Mesmo não reconhecendo a existência da não passividade feminina na história, ainda é real o silêncio diante da violência, o que permite a sua naturalização. Se a mulher deve viver para o outro, é preciso que ela abra mão de seus desejos e de sua liberdade, para dedicar-se ao outro. Em outras palavras, ela deve sofrer para cumprir o papel que lhe foi determinado socialmente. Em nome do amor e da abnegação, ela abdica de sua autonomia e liberdade.

Na história do cristianismo, a idéia do sofrimento está ligada ao amor e ao prazer: É Deus que leva seu filho à cruz por amor aos outros. É a expulsão do gênero humano do paraíso das delícias, por provar do fruto proibido.

O discurso religioso cristão não é o único, mas se constitui num organizador da vida social: banaliza a violência de gênero a partir da naturalização da inferioridade feminina. Se o Antigo Testamento atesta esta inferiorização: "Depois da costela que tirara do homem, Iahweh Deus modelou uma mulher ..." (Gênesis 2, 22); "... na dor darás à luz filhos. Teu desejo te impelirá ao teu marido e ele te dominará" (Gênesis, 3,16); também o Novo Testamento coloca a mulher num papel secundário, São Paulo na primeira epístola a Timóteo (2, 11-15) afirma:

Durante a instrução, a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. e não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que, com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade.

Se ser mulher e ser mãe são dons divinos, algo belo e mágico nas representações femininas, é também sofrimento e resignação para elas.

A representação da violência conjugal/doméstica para mulheres pentecostais e católicas carismáticas, se constitui como uma nódoa da misoginia, levando-as a naturalizar a violência por elas sofridas, a partir da culpa que carregam, por serem descendentes de Eva, aquela que, por ter pecado, deixou para as mulheres a nódoa do mal²⁴.

As expressões religiosas pentecostais e carismática católica, enquanto movimentos contemporâneos, presentes no Brasil moderno, realimentam as tradicionais atitudes de abnegação e sacrifício

24. BICALHO, Elizabete. *A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero: mulheres pentecostais e carismáticas católicas*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás, 2001.

feminino, características do modelo patriarcal de relacionamento familiar. A Pesquisa Novo Nascimento do ISER, no Rio de Janeiro constatou que 48% dos evangélicos concordam com a frase: "O melhor é a mulher ficar submissa ao marido" e 60% concordam que "ao marido cabe a última palavra na decisão familiar". Uma missionária da Igreja Assembléia de Deus²⁵ afirmou:

A submissão faz parte de uma cadeia de comando de Deus, partindo de uma ordem hierárquica traçada por Ele, para que possamos viver bem e felizes (...), sem submissão nós perdemos a noção da ordem. Deus nos deu uma estratégia a ser seguida para todas as coisas, a partir de uma autoridade. No sentido civil, temos o governo; no sentido espiritual, a igreja (o pastor), para que haja ordem na casa de Deus. Nós precisamos de uma autoridade na família. Não foi o homem que escolheu ser a cabeça do lar, foi Deus que assim determinou (...).

Nesta afirmativa, reafirma-se o *ethos* familiar em que a assimetria de gênero se localiza. O poder da oração constante leva a mulher à dependência do poder divino, inibindo sua liberdade e autonomia para uma ação que ponha fim à violência contra ela. A adesão religiosa da mulher de forma isolada, sem o acompanhamento do marido, não evita a violência, mas lhe traz mais exigências, sacrifícios e resignação. Entretanto, as mulheres se sentem mais protegidas e seguras, participando de movimentos religiosos e assumem a responsabilidade da evangelização da família.

Mulheres Pentecostais e Carismáticas Católicas Denunciam a Violência

As autoras da minha investigação²⁶ foram entrevistadas na Delegacia de Polícia de Defesa e Proteção da Mulher, em Goiânia. Por que elas denunciam? Em três situações, todas elas de per-

da: 1. Quando são abandonadas; 2. Quando são preteridas, o marido troca de parceira; 3. Quando se vêem expropriadas de seus bens.

Como se sentem ao denunciarem? Que estão traindo a Deus e a Jesus. Há situações de perda da fé, de dúvidas e há situações da renovação da fé no ato da denúncia.

Ao buscar possíveis saídas para a situação de violência, algumas contradições se apresentam:

1. A religião reproduz a heteronomia. Inibe a autonomia da mulher de uma relação violenta, de ser sujeito de sua própria história. Por outro lado, a religião alimenta a alma feminina de esperança, lhe fortalece. Segundo Weber²⁷, "a fé pode proporcionar situações mágicas", favorável a quem se vê sem condições de resolver seus problemas. A fé religiosa, em mulheres violentadas, alimenta sonhos e ilusões. A igreja ainda é um local que as acolhe, mesmo na contradição, lhes impõe tolerância, mas as conforta. Isto justifica o grande número de mulheres no pentecostalismo e na Renovação Carismática Católica. Ao culpar o diabo pelos atos de violência do marido, o Pentecostalismo se torna atrativo para as mulheres que vivem numa relação violenta. O agressor não é o mal, ele é um ser frágil, dominado pelo diabo. A religião pode ajudá-lo por meio da oração de sua companheira de vida e o trabalho dela pela conversão do marido.

2. O amor feminino é incondicional, sem limites. É um predicado que faz da mulher sujeito, é também predicado que faz de Deus um ser sagrado e divinizado. O amor recupera, portanto, na mulher, sua condição humana. Feuerbach²⁸, na discussão do sujeito e sua essência, coloca os predicados nesta essência. Este autor explica a essência religiosa pela essência humana. Marx

25. Revista *Leia Urgente*. Rio de Janeiro: Editora Pentecostal do Brasil. Abril/Maio, 2000.

26. BICALHO, Elizabete. *A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero: mulheres pentecostais e carismáticas católicas*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás, 2001.

27. WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF: UNB, 1991, vol. 1.0

28. FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*, 2ª ed., Campinas, SP: Papirus, 1997.

acrescenta que “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”. Lembrando Marx e Engels²⁹, no resgate da construção social dos predicados, vejo como importante tomar Feuerbach na análise do predicado, na constituição do sujeito feminino, na sua relação e aproximação com o sagrado, para compreensão de que a mulher pode se constituir enquanto sujeito que luta por transformação, utilizando-se de seus predicados, colhidos na dialética da dor e do amor, enquanto vivências humanas. Para suportar e buscar saídas para a situação de violência que vive, será preciso, à esta mulher, utilizar-se do amor, enquanto antítese da dor, numa práxis social, em que ela não se veja só, mas pertencente a um grupo humano que pode fazer valer seus direitos, constituindo-se em sujeito também para si, livre, que fala, luta, constrói, se manifesta e existe, fazendo história.

Bibliografia

- ARENDRT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro, RJ: Delume Dumará, 1994.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: A experiência vivida*. 2ª ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980, vol.2.
- BICALHO, Elizabete. *A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero: mulheres pentecostais e carismáticas católicas*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás, 2001.
- BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina revisitada*. Campinas, SP: Papius, 1998.
- BUTLHER, Judith. *Variações sobre sexo e gênero* Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla e SAFFIOTI, Helleith. Rearticulando gênero e classe social. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CASTRO, Mary Garcia e LAVINASS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.217.
- CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre Mulher e Violência. In: CARDOSO, Ruth (et ali.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1985.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*, 2ª ed., Campinas, SP: Papius, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1999.
- GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: *Revista Fin de Siglo: gênero y cambio civilizatório*, Isis Internacional 9(org.). Ediciones de las mujeres, 1992.
- MACHADO, Lia Zanota e MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. Violência conjugal, o espelho e as marcas. In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.). *Violência, Gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília, DF: UNB, 1999.
- MARX, KARL e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*; selecionados por Octavio Ianni e traduzidos por Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1965.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1999.
- Revista Leia Urgente*. Rio de Janeiro: Editora Pentecostal do Brasil. Abril/ Maio, 2000.
- PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 1997.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*, São Paulo, SP: Hucitec, 1999.
- _____. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: VARGAS, Mônica Munhoz (org.). *Mulher Brasileira é assim*. São Paulo, SP: Rosa dos Tempos, 1994.
- _____. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*, São Paulo, SP: Hucitec, 1999.
- SCHOTT, Robin. *Eros e os processos cognitivos*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 1996.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*, 1995, vol.20 (2).
- STARR, Tama. *A voz do dono: cinco mil anos de machismo e misoginia*. São Paulo, SP: Ática, 1993.
- TUCKER, P. *Os papéis sexuais*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

29. MARX, KARL e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*; selecionados por Octavio Ianni e traduzidos por Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1965.